



Campanha Salarial da Fasubra coloca servidores em luta por seus direitos



No último dia 30, os servidores técnico-administrativos da UFRGS junto à ASSUFRGS participaram do dia Nacional de Greve Geral. A paralisação fez parte do calendário de mobilização da FASUBRA e demais entidades sindicais do serviço público, colocando na ordem do dia as pautas dos servidores. A principal reivindicação dos servidores foi o adiantamento das parcelas do reajuste salarial – acordo firmado na greve de 2012, que prevê 15% divididos entre 2013, 2014 e 2015; e paridade entre ativos e aposentados.

Semana Nacional de Mobilização

Os servidores participaram na semana do dia 30 de calendário de lutas tirados em Assembleia da ASSUFRGS, em 15 de agosto. Debateram, em Seminário, questões como Dimensionamento, terceirização, PCCTAE e Funpresp e, também, realizaram reunião com os estudantes e docentes da UFRGS para discutir a Paridade na Universidade.

Em Assembleia Geral, no dia 28, os servidores debateram a Campanha Salarial Emergencial e tiraram delegados para a Plenária Nacional da FASUBRA, que deve ocorrer nos dias 13 e 14 de setembro em Brasília.

Na assembleia, foi aprovada com 54 votos a chapa Peleia, elegendo 04 delegados – Jorge Camargo de Souza, Jorge Leis da S. Torres, Lizette Migens e Bernadete Menezes. A Chapa Tribo obteve 20 votos, e elegeu 01 delegado – Sérgio da Costa Viana. Apenas duas pessoas se abstiveram da votação.

Servidores em luta, servidores paralisados!

A semana seguiu recheada de atividades. A quinta-feira -29, que antecedeu o Dia Nacional

de Greve (30), foi marcada pela paralisação dos servidores técnico-administrativos da UFRGS com atividade conjunta com IFRS campus PoA, UFCSPA e UFSM.

No dia 30 de agosto, a cidade amanheceu com piquetes dos trabalhadores rodoviários e metroviários, que impediram o funcionamento das atividades dos setores de transportes, mas foram fortemente reprimidos pela polícia.

Na UFRGS, 90% dos servidores aderiram ao dia nacional de greve. Somaram-se os trabalhadores dos Correios em paralisação, os professores do Estado e Bancários em greve.

A pauta unificada foi o fim das privatizações e das terceirizações com o PL 4330, política salarial para os servidores públicos, redução da jornada e horas de trabalho. O ato encerrou-se na Praça da Matriz, junto com os movimentos sociais, estudantis e os indígenas que exigiam do governo Tarso Genro resposta quanto à demarcação das terras indígenas. À noite, enquanto os índios realizavam assembleia, a polícia militar, a mando do governador Tarso Genro, jogou bomba de gás lacrimogênio nos índios, para forçar a retirada do acampamento, deixando quatro índios feridos.

Próximos Passos

A ASSUFRGS e demais Sindicatos da FASUBRA continuam em luta com a Campanha Salarial Unificada, para pressionar o Governo Federal quanto às reivindicações dos servidores públicos, que não tem se posicionado sobre as reivindicações. Entre elas, estão: definição da data-base em 1º de Maio, política salarial permanente, com reposição no mínimo da inflação; valorização do salário base; fim das privatizações nos Hospitais Públicos entre outras. A ASSUFRGS levará como proposta de adendo à pauta a defesa da política salarial, data-base e dissídio dos servidores para inclusão no calendário da FASUBRA.

Para que os direitos trabalhistas sejam garantidos, e nenhum mais retirado é necessário e urgente a mobilização nas bases das categorias e a unidade entre elas enquanto classe trabalhadora. Somente com unidade pela base, e pressão nas ruas junto aos estudantes e demais movimentos sociais, é que nós, trabalhadores, conseguiremos arrancar do governo o direito a melhores condições de vida e trabalho! Às ruas para a vitória, companheiros. Só a luta muda a vida!

Assembleia de sócios

No dia 28, também, os sócios da ASSUFRGS debateram as novas exigências dos Bombeiros após tragédia da Boate Kiss em Santa Maria, para liberação de alvará de Garopaba. A pauta para a continuidade da obra foi aprovada, com apenas 3 abstenções. Em relação ao Terreno de Viamão, também foi aprovada a não venda da estrutura, com 02 votos de abstenção.

Economia

Inflação acumulada nos últimos 12 meses, segundo o IPCA: **6,27%**

Reajuste do plano de saúde UNIMED: **11%**

Reajuste salarial do acordo de greve – parcelados em 3 anos: **5% em 2013; 5% em 2014; 5% em 2015.**

Quantidade de trabalho necessário para comprar a cesta básica (dados Dieese): **12 dias - numa jornada de 40 horas semanais.**



CPERS

Os professores da rede estadual de educação permanecem em greve por tempo indeterminado. Entre as principais reivindicações da categoria estão o pagamento do piso salarial que o governador Tarso Genro se nega a pagar, e a suspensão da reforma do Ensino Médio com a criação do Politécnico. Na manhã da última segunda-feira (09), os professores realizaram protesto em frente à casa do Governador Tarso Genro, e foram recebidos com bombas de gás lacrimogêneo e spray de pimenta pela polícia. A greve continua e é nas ruas! Contra o Politécnico, pelo piso salarial e contra a repressão!



Comissão de flexibilização entrega à UFRGS as resoluções e regulamentação das 30H!

A proposta estudada pela comissão de Flexibilização, e aprovada em seminário, de regulamentação da jornada de trabalho de 30 horas semanais dos técnico-administrativos foi recebida pelo reitor da UFRGS.

O próximo passo será a votação no CONSUN, em que a ASSUFRGS solicitou acompanhamento

das discussões no Conselho. O sindicato editará, nos próximos dias, um boletim especial sobre o tema. Fique atento, participe e exija seus direitos!

Leia a íntegra da matéria na página da ASSUFRGS em www.assufrgs.org.br

Aposentados

Reposicionamento dos aposentados tem posição favorável de entidades, mas MPOG é contra.

As resoluções apresentadas pelo Grupo de Trabalho, criado especialmente para discutir o Reposicionamento dos Aposentados recebeu posição favorável das representações da FASUBRA, SINASEFE, ANDIFES e CONIF. No entanto, o governo, através do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), tem travancado a aprovação da nova resolução que pretende reposicionar os aposentados na nova carreira estabelecida em 2005.

O enquadramento dos aposentados na nova carreira dos técnicos das universidades faz com que os aposentados percam o tempo de serviço em sua vida funcional, com enormes perdas salariais com o rebaixamento da posição da carreira em relação as funções que desempenhavam quando ativos.

Isso acontece devido ao enquadramento dos aposentados somente por tempo de serviço público federal, desconsiderando os demais registros legais utilizados para a aposentadoria; uma vez que os aposentados adquiriram tal direito

quando não havia incentivo à qualificação. Assim, a tabela tornava-se genérica e com limite de progressões.

O governo se apoia no Regime de Previdência para afirmar inconstitucionalidade de reposicionamento dos aposentados devido ao "consequente aumento da remuneração". No entanto, pela própria Constituição Federal, é assegurado aos servidores aposentados e pensionistas o direito à paridade com os servidores da ativa. E, então, tal direito deve ser estendido a quaisquer benefícios ou vantagens concedidos posteriormente aos servidores da ativa, inclusive os decorrentes de transformação ou reclassificação de cargo ou função.

Embora as negociações estejam estancadas devido à intransigência do governo, a FASUBRA e as demais entidades sindicais do serviço público continuam pressionando para que saia definitivamente a aprovação das resoluções, a fim de equiparar os aposentados na nova



carreira. Uma reunião com o Ministro da Educação Aloizio Mercadante deve ser marcada em breve. Esperamos que por fim se faça justiça para os aposentados!

Campanha do agasalho



ASSUFRGS entregou agasalhos na Casa Espírita Dias da Cruz (foto acima), para as vítimas das enchentes em Gravataí e na comunidade Ilha dos Marinheiros.

A ASSUFRGS continua recolhendo agasalhos e cobertas nos campi da Universidade. Desta vez, além de roupas e cobertas, os servidores também estão arrecadando alimentos a serem distribuídos às famílias vítimas das enchentes na região metropolitana de Porto Alegre. Nesta sexta, 06, uma nova leva de materiais serão distribuídos à população.

Para doar os materiais, basta procurar as caixas de arrecadação distribuídas na sede da Assufrgs do campus do Vale e Centro, Faculdade de Engenharia, Esef e etc. No caso de doação de alimentos, devem ser entregues na sede da ASSUFRGS no centro, localizada na Av. João Pessoa, n 1392.

Convênio

Os Sócios da ASSUFRGS participaram do passeio a Termas do Gravatal (foto), de 1 a 4 de setembro. Além das belas paisagens, os sócios puderam aproveitar a cultura local, como a culinária e os passeios aos pontos turísticos da cidade.

A Assufrgs, também, informa que as inscrições para viagem de Punta Del Este ainda estão abertas, até o preenchimento das vagas. A viagem tem data marcada para saída dia 11 de outubro. Para mais informações, basta entrar em contato com a Assufrgs pelo 051 32281054, ou na Av. João Pessoa, 1392.



Informes

O Conselho de Delegados informa que já foi tirada a comissão que trabalhará no regimento eleitoral. A coordenação do conselho está recebendo sugestões de alteração do regimento e, posteriormente, será votada no Conselho. Em seguida, uma Assembleia Geral será convocada para a escolha da comissão eleitoral para coordenação da ASSUFRGS.

A Assufrgs informa: do montante que cada servidor tem a receber relativo à ação dos 3,17%, **ficarão retidos nas contas judiciais 11% relativos à contribuição previdenciária (PSS).**

A discussão no processo para definição dos valores exatos devidos de PSS continuará na Ação Coletiva, podendo haver futuramente algum saldo a levantar, **dependendo da decisão do Judiciário.**

A Assufrgs alerta os servidores que já receberam em outras ações judiciais para que não o façam novamente na ação coletiva, sob pena de devolução dos mesmos, acrescidos de juros e correção monetária. O Sindicato e o Escritório RVC Advogados não se responsabilizam em tais casos, anunciando, desde já, que não farão a defesa daqueles que receberem indevidamente em duplicidade.

EDITORIAL

No intuito de melhor informar os servidores e a comunidade acadêmica, a imprensa e o jornal da Assufrgs está passando por uma reformulação organizativa. Expliquemos melhor:

Os constantes ataques dos governos que sofremos possuem uma singularidade com as demais categorias do serviço público, e até mesmo do privado: a sociedade capitalista. Essa mesma sociedade, que nos fragmenta para enfraquecer nossas lutas, é responsável pelas perdas dos direitos históricos conquistados pela classe trabalhadora, e os demais ataques em detrimento do lucro de empresários e banqueiros.

Para que a luta se fortaleça, e os capitalistas

se enfraqueçam, é preciso que as categorias dos trabalhadores se enxerguem para além de si mesmos, das funções que desempenham, ou os locais de trabalho onde atuam. Nesse sentido, para fortalecer a luta dos trabalhadores, é que a ASSUFRGS passará a realizar jornais mensais, trazendo não somente os temas importantes dos servidores públicos, mas também as políticas nacionais do governo e da burguesia e os ataques internacionais que a classe sofre.

O novo jornal traz ainda dicas de cultura, como livros e filmes importantes sobre política, economia, movimentos sociais e sindicais e etc. Para ampliar a democracia e a relação entre o sindicato e os servidores, a imprensa da ASSUFRGS estará recebendo sugestões de pautas para o

jornal. Basta escrever para imprensa@assufrgs.com.br. A proposta de pauta será analisada, e então aprovada se estiver de acordo com as necessidades colocadas na conjuntura pelos trabalhadores, entre outros critérios jornalísticos.

O jornal da ASSUFRGS será mensal, sendo realizado boletim quinzenal aos servidores; outros materiais continuarão a ser executados como o boletim especial dos aposentado, o jornal mural jurídico e a revista. Estaremos, em breve, reformulando o site do Sindicato.

Outras mídias podem ser acessadas pelos servidores, como o site da Assufrgs (www.assufrgs.org.br) e a página no Facebook (Assufrgs Sindicato).

A farsa do FUNPRESP

Os novos servidores que ingressaram na UFRGS devem ficar atentos as falsas promessas do governo federal quanto ao Fundo Previdenciário.

Os novos servidores, ingressos no serviço público a partir de 2013, devem ficar atentos às propagandas enganosas do governo federal quanto ao Fundo de Previdência Complementar do Servidor Público, o FUNPRESP. Criado em 2013, o FUNPRESP faz parte de mais um dos ataques do governo e seus capitalistas nos direitos básicos do trabalhador. O Fundo utiliza da contribuição do servidor, para investimentos no mercado financeiro.

Ou seja, o servidor contribui durante toda a vida, enquanto sua aposentadoria é jogada no mercado especulativo em empresas mais rentáveis ao fundo.

A contrapartida disso, que o governo se nega a falar, é que além do servidor perder a paridade e integralidade da aposentadoria; os proventos ficam à mercê das crises econômicas que volta e meia assolam o mundo. Assim, o FUNPRESP não garante que as contribuições do servidor sejam recebidas ao fim de sua carreira. E, se por acaso as empresas em que foram investidas as contribuições dos servidores falirem, o Estado

não poderá acionar o FUNPRESP na garantia da previdência do servidor público. A exemplo disso temos os aposentados da Varig e Correios, e em vários outros países em que possuem modelo semelhante.

Contribuição ao Fundo e Paridade

Outra questão é a contribuição dos servidores que optarem pelo FUNPRESP, apesar de contribuir para os dois Regimes de Previdência, não terão direito à integralidade e à paridade. Isso acontece em razão de que ao ingressar no serviço público, depois da criação do fundo de pensão, quebra-se a paridade em relação aos atuais servidores (antes da criação do fundo), aposentados e pensionistas – motivando pressões pela separação do aumento ou reajuste dos servidores ativos, aposentados e pensionistas.

Assim, os servidores que optem pelo FUNPRESP, ao se aposentar, perdem o vínculo com a carreira. Esta perda de vínculo faz com que os valores de sua aposentadoria (não pré-



estabelecidos na forma de lei) não serão corrigidos simultaneamente e com os mesmos percentuais dos servidores da ativa.

O FUNPRESP, ainda, penaliza aqueles servidores que se aposentam com menor tempo de contribuição, tais como mulheres, professores do ensino básico, aposentadorias especiais e inclusive as aposentadorias por doença.



Quem perde?

Vale lembrar aos servidores que optarem pelo FUNPRESP que este é de caráter irrevogável e irretroativo, e implica, automaticamente, na renúncia aos direitos previdenciários decorrentes das regras anteriores, - como o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), que é público e de caráter obrigatório, com direito à assistência

social e à saúde, à paridade e etc.

A ASSUFRGS – FASUBRA e o ANDES são contra o FUNPRESP, e alertam: O FUNPRESP trará perda dos direitos históricos conquistados, não só a você, mas a todos os servidores!

Informações Andes Sindicato Nacional.

Mulheres

Estatuto do Nascituro coloca em risco a vida da mulher

O PL 478 é um retrocesso nos direitos humanos e constitucionais, que criminaliza a mulher, e legaliza o estupro.

O Grupo de Trabalho de Mulheres da ASSUFRGS convida a todos os servidores e servidoras para participar dos debates sobre o Estatuto do Nascituro. Este tema tem colocado na sociedade um debate importante sobre os direitos das mulheres e a autonomia do corpo, a saúde da mulher, e a luta contra o conservadorismo de um Estado teoricamente "laico", mas que coloca os interesses dos setores conservadores da direita em primeiro lugar.

O Estatuto do Nascituro (PL 478/2007) foi aprovado na Comissão de Finanças e Tributação do Congresso Nacional, em junho deste ano, e encaminhado para votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, e posteriormente vai a Plenário. Este projeto de lei concede direitos aos embriões, baseado na crença de que a vida inicia na concepção, sendo o embrião uma pessoa. Essa interferência das religiões sobre a vida e a saúde da mulher fere os direitos da mulher decidir interromper a gravidez, mesmo nas situações já garantidas por lei quanto ao aborto: casos decorrentes de estupro, fetos que causem risco de vida à mulher, ou fetos com anencefalia.

Estatuto do Nascituro legitima a violência sexual contra a mulher.

O feto com vida em potencial é substituído pela vida real da mulher, opondo-se ao direito aos direitos humanos e constitucionais. O Estatuto do Nascituro viola o direito de liberdade da gestante, a sua dignidade, autonomia, segurança e ao seu direito à saúde.

Além disso, dá autonomia ao homem decidir sobre a vida e a saúde da mulher, e também legitima a violência sexual contra a mulher, sujeitando-a manter relações pessoais com o estupro, e dando a ele direitos juridicamente sobre a mulher e ao feto/criança - como a convivência pessoal com as vítimas.

Quem são as mais atingidas?

Este debate coloca, também, em discussão a classe mais atingida pelo Projeto de Lei: a classe trabalhadora. Sabemos de antemão, que mesmo não sendo legalizado o aborto, as mulheres das classes burguesa e pequeno-burguesa (conhecida como "classe média") possuem a liberdade de escolher se desejam ou não manter o feto, uma vez que possuem dinheiro para pagar clínicas particulares, ou até mesmo realizar tal procedimento em países da Europa em que o aborto é garantido por lei como direito da mulher. O PL vem no sentido de criminalizar

as mulheres da classe trabalhadora, para que continuem gerando filhos ao sistema capitalista, e então riqueza social aos patrões ao vender sua força de trabalho por um salário. E, é esse mesmo salário, que determina que ela não terá direito de escolha sobre seu próprio corpo e as condições econômicas, sociais e psicológicas para garantir o desenvolvimento da criança após o parto até a vida adulta. Além disso, são as mulheres da classe trabalhadora que mais morrem vítimas de abortos mal feitos por não ter esse direito garantido pelo SUS, tornando-se um problema de saúde pública nacional.



Estatuto do Nascituro além de legalizar o direito ao estupro de mulheres, dá direitos aos estupradores. Confira abaixo a reprodução dessa questão no Projeto de Lei:

"Art. 13 O nascituro concebido em um ato de violência sexual não sofrerá qualquer discriminação ou restrição de direitos, assegurando-lhe, ainda,

os seguintes:

I – direito prioritário à assistência pré-natal, com acompanhamento psicológico da gestante;

II – direito a pensão alimentícia equivalente a 1 (um) salário mínimo, até que complete dezoito anos;

III – direito prioritário à adoção, caso a mãe não queira assumir a criança após o nascimento.

Parágrafo único. Se for identificado o genitor, será ele o responsável pela pensão alimentícia a que se refere o inciso II deste artigo; se não for identificado, ou se for insolvente, a obrigação recairá sobre o Estado".

Programa do governo contrata 4000 médicos no atendimento básico à saúde aos brasileiros

O Programa mais médicos é uma medida positiva do governo, mas insuficiente para resolver os problemas da saúde pública brasileira. Mais médicos só não basta! Queremos 10% do PIB para o SUS!

Depois das demandas populares colocadas pela juventude e os trabalhadores, nas manifestações de junho, pela garantia de transporte, saúde e educação de qualidade e públicos, eis que a presidente Dilma Rousseff lança os cinco pactos para acalmar as vozes indignadas nas ruas. Amarrados em torno do principal eixo, A Responsabilidade Fiscal, os outros quatro pactos se desdobram nas pautas genéricas levantadas pelos movimentos sociais no país: Reforma Política; Saúde; Educação; e Transportes.

No que tange à pauta da saúde, o governo promete "acelerar" os investimentos já existentes em hospitais, unidades básicas e de atendimento e ampliar a adesão de hospitais filantrópicos ao programa do Ministério da Saúde, trocando "dívidas" por mais "atendimento". O Carro-chefe do pacto pela saúde consiste no programa "Mais Médicos para o Brasil", trazendo mais de 4000 médicos estrangeiros (maioria cubanos) para as áreas no país onde não existe profissionais, ou o atendimento básico à população é precarizado. Mas, essas medidas revelam por trás a real intenção do governo em relação à máquina pública e ao direito dos trabalhadores.



Foto: Luiz Fabiano

O Pacto pela Responsabilidade fiscal e a privatização da saúde.

A política do governo quanto a sua suposta "preocupação" com a saúde do povo e do trabalhador brasileiro cai por terra, quando olhamos o Pacto pela Saúde em relação ao Pacto pela Responsabilidade Fiscal. Ao atender superficialmente as demandas pontuais colocadas nas manifestações apenas com "mais médicos", o governo tira o foco do verdadeiro problema da saúde colocado hoje que, para ser resolvido, encaminha-se para a privatização dos hospitais públicos com a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH).

O direito básico social dos trabalhadores e da população a um SUS gratuito, público e de qualidade, no que tange o atendimento de alta complexidade, é jogado à administração EBSEH, empresa privada que atua com dinheiro público, e administra a gestão dos Hospitais Públicos e Universitários, no Brasil.

A Responsabilidade Fiscal, apresentada pelo governo, vem no sentido de restringir os gastos do Estado relativos às necessidades da população como educação, saúde, moradia, transporte, saneamento básico, sobrando assim uma fatia enorme para pagamento das dívidas dos banqueiros e empresários no mercado financeiro do capital.

Ao limitar tais gastos públicos, para não extrapolar os "limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal", entra as terceirizações e as privatizações em forma de parcerias público privadas: fim/diminuição de concursos públicos e contratação de funcionários terceirizados; sucateamento das condições de trabalho dos servidores e funcionários em tais áreas; fim da autonomia do trabalho público voltado às necessidades da maioria da população; quebra do tripé Ensino, Pesquisa e Extensão nas universidades, direcionando o conhecimento para o lucro privado; fim do acesso como direito a procedimentos e tecnologias avançadas que garantam a manutenção e a vida saudável do trabalhador brasileiro; e a competitividade nas unidades hospitalares entre os trabalhadores para o aumento da riqueza dos capitalistas.

Xenofobia e o Revalida

Se a direita reacionária ataca o governo com seu discurso conservador e xenofóbico em relação aos médicos cubanos; é esta mesma ala - oriunda da classe burguesa, que lucra com a privatização dos setores de atendimento à população na saúde pública.

Enquanto a mídia burguesa centra esforços com um discurso reacionário sobre os trabalhadores cubanos, este governo dá de mãos beijadas aos empresários os direitos básicos conquistados pela classe trabalhadora na História. Bombardeiam a população formando uma opinião pública altamente conservadora, enquanto - por um pacto de colaboração de classes-, faz os trabalhadores continuarem trabalhando para os capitalistas, lucrando sobre seu trabalho, e sobre suas necessidades para sobreviver e, de novo, trabalhar para os capitalistas.

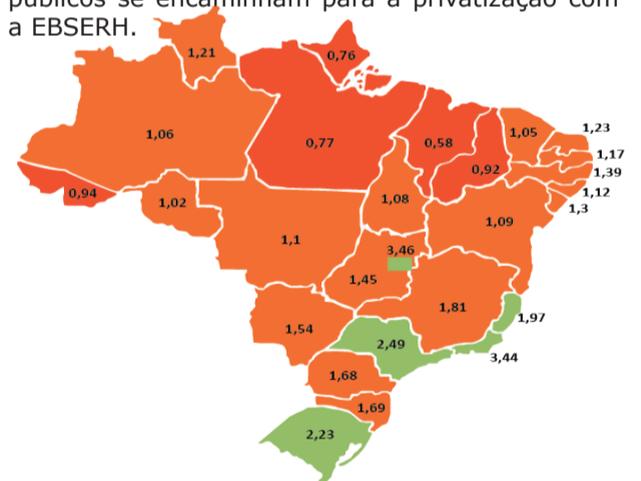
Os médicos cubanos, por sua vez, calaram as vozes conservadoras e xenofóbicas quanto

ao Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos, o Revalida. Segundo dados do Ministério da Educação (MEC), entre 2011 e 2012 os médicos formados em Cuba foram os mais aprovados no Revalida, cumprindo o mínimo exigido para atuação da profissão, no Brasil.

Situação dos médicos cubanos e OPAS

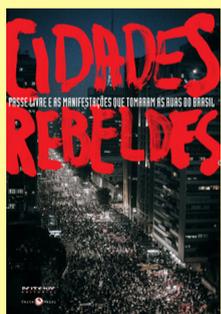
Os médicos cubanos, por sua vez, foram direcionados aos 701 municípios em que não houve nenhuma inscrição de médico brasileiro ou formado no exterior pelo Programa Mais Médicos. As condições de trabalho nessas regiões, centradas principalmente no norte e nordeste, apresentam os mais baixos índices de Desenvolvimento Humano do Brasil - o que se reflete na falta de estrutura de saúde, equipamentos, instalações, tecnologias e assistência básica e social do povo brasileiro. Essa situação mostra não só o sucateamento das condições de vida da população, como a dos trabalhadores estrangeiros na falta de condições de trabalho para garantia de um atendimento de qualidade, e então de sua própria vida.

O governo, embora pretenda abrir inquérito para apurar as violações de direitos humanos dos cubanos frente ao programa Mais Médicos, ainda não se manifestou em como resolver e ampliar tais demandas, colocando-se numa "sinuca de bico": envia médicos cubanos às regiões de extrema pobreza do Brasil; mas não oferece suporte e estrutura, tampouco amplia o serviço de alta complexidade hospitalar - já que os hospitais públicos se encaminham para a privatização com a EBSEH.



O Gráfico acima mostra os 22 Estados que estão abaixo da média nacional. Segundo pesquisa do IPEA (2001), o Brasil possui apenas 1,8 médicos por mil habitantes.

Cultura



O Livro Cidades Rebeldes, Editora Boitempo, é a boa dica do mês para quem está interessado em entender um pouco melhor as manifestações de junho e julho, no Brasil. Cidades Rebeldes é uma coletânea de ensaios sobre as Jornadas de Junho, e discute sob diversas matizes teóricas, as manifestações, a democracia, as questões urbanas, a mídia entre outros temas.

O livro conta com textos de ativistas internacionais e nacionais como Slavoj Žižek, David Harvey, Mauro Iasi, Silvia Viana, Leonardo Sakamoto, e Felipe Brito.



Cairo 678 - Os levantes populares por democracia no Egito mostraram as diversas contradições do sistema que vivemos. O filme egípcio Cairo 678 denuncia, na trama, a violência e o assédio sexual contra as mulheres no Egito, com o pano de fundo a revolução democrática no país, em 2010. De um lado o assédio verbal e o estupro. De outro, a compactuação de tais práticas perante o silêncio das autoridades locais e a moral religiosa. A problemática abordada no filme mostra que, independente da cultura e do país, esses ataques só mudam a forma, mas continuam subjugando a mulher na sociedade. Vale a pena assistir!

EXPEDIENTE

Publicação da Associação dos Servidores da UFRGS, UFCSPA e IFRS Gestão 2011/2013 | Coordenação Geral: Bernadete Menezes (Berna), Rosane Barcelos Souza e Edson Luíz de Souza | Coord. de Adm. e Finanças: Maria Schirlei Cassel e Mozarte da Costa | Coord. de Educação Política e Sindical: Roselei Knevtz Prua e Gabriel Focking | Coord. de Saúde e Seg. do Trabalhador: Maria de Lourdes Ambrosio e Sandra Stefani | Coord. de Divulgação e Imprensa: Michelle Meirelles e Alexandre Bastos | Coord. de Cultura, Esp. e Lazer: Edison dos Santos e Maria Luíza Silva | Coord. de Jurídica e Relação de Trab.: Mária de Fátima Andrade e Maribel Nunes | Coord. de Assuntos de Aposentadoria: Salete Maria Wiggers e Mauro José dos Anjos.

Edição, Jornalista Responsável: Flavia Alli - MTB 16779 | Impressão: RML Gráfica Ltda. | Tiragem: 4000 exemplares | www.assufrgs.org assufrgs@gmail.com imprensa@assufrgs.org.br secretaria@assufrgs.org.br | A.v João Pessoa, 1392 CEP 90040001/Fone: 051 32281054